



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

### 1. Objeto da Contratação

A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforço do muro de contenção e da pavimentação de parte da área externa do Cartório Eleitoral de Gaspar/SC, localizado na Av. Rua Jackceia de Andrade, 66, Bairro Sete de Setembro, Gaspar/SC. A contratação será em regime de empreitada por preço unitário, conforme especificações deste Projeto Básico e documentos abaixo relacionados:

- Projeto Arquitetônico (1 prancha).
- Projeto Estrutural (2 pranchas), de autoria da Stabile Assessoria, Consultoria e Projeto de Estruturas, com Memorial Descritivo.
- Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.
- Planilha de Orçamento Geral.
- Cronograma Físico-Financeiro.

### 2. Fundamentação da Contratação

#### 2.1. Motivação

A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços de reforço do muro de contenção e da pavimentação de parte da área externa do Cartório Eleitoral de Gaspar/SC, tem por finalidade garantir a segurança e a estabilidade do atual muro de contenção e, quanto à pavimentação, minimizar os problemas patológicos de umidade ascendente nas paredes do imóvel ocupado por esta Zona Eleitoral.

#### 2.2. Objetivos e Benefícios

São objetivos desta contratação reestabelecer a estabilidade do aterro e do muro de contenção existente, assim como propor uma solução a partir da pavimentação de parte da área externa para eliminar, ou pelo menos minimizar, os problemas patológicos de umidade ascendente nas paredes do imóvel ocupado por esta Zona Eleitoral.

Espera-se que, após a execução dos serviços a serem contratados, as condições do aterro estejam estabilizadas pelo muro de reforço e os problemas patológicos sejam sanados com a instalação de pisos e rodapés cerâmicos em partes da área externa que fazem divisa com a edificação. Dessa forma, objetiva-se garantir um ambiente de trabalho seguro, confortável e saudável para servidores e usuários dos serviços prestados pela Justiça Eleitoral.

#### 2.3. Alinhamento Estratégico

Alinhamento Estratégico	Objetivos, Ações e Iniciativas
INI1.6 e SGP3	<p>A contratação de empresa especializada para a execução dos serviços no Cartório Eleitoral de Gaspar/SC está aderente às necessidades do negócio e não apresenta conflito com o Planejamento Estratégico Institucional e com os Objetivos Organizacionais relacionados à Gestão das Aquisições e Contratações.</p> <p>Esta contratação está prevista no Plano de Aquisições 2022, item 12, Manutenção Predial – SGP3.</p>



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.4. Estudos Preliminares do Objeto

Para analisar a viabilidade, a estratégia e os riscos desta contratação foi realizado um Estudo Técnico Preliminar, que está disponível no PAE n. 4.799/2022.

### 2.5. Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

As quantidades especificadas estão diretamente relacionadas aos quantitativos levantados a partir dos projetos relacionados no item 1 deste documento e estão contempladas, em detalhes, na Planilha de Orçamento Geral.

### 2.6. Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

### 2.7. Caracterização e Composição do Objeto

Os serviços a serem executados estão discriminados no quadro abaixo e detalhados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos, anexo a este documento.

Item	Serviços
1	Limpeza do terreno
2	Escavação manual de aterro
3	Execução de formas (montagem e desmontagem)
4	Montagem de armadura
5	Concretagem
6	Execução de drenagem pluvial
7	Reaterro compactado
8	Execução de radier
9	Instalação de pisos e rodapés cerâmicos
10	Drenagem pluvial
11	Pintura externa
12	Administração local

### ATENÇÃO

- Maiores detalhes sobre a composição do objeto podem ser obtidos por meio dos projetos e do Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.
- Não foram consideradas perdas nos quantitativos constantes da Planilha de Orçamento Geral. As únicas perdas contempladas foram as existentes nas próprias composições da planilha SINAPI e IPPUJ.
- A empresa vencedora deverá fornecer todos os materiais e executar os serviços de acordo com os documentos disponibilizados pelo TRESC, com perfeito acabamento.
- ANTES do início da execução dos serviços, a empresa vencedora deverá conferir as medidas no local, bem como avaliar as condicionantes para a execução dos projetos.

### 2.8. Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### 2.9. Parcelamento e Adjudicação

Sugere-se que esta contratação seja licitada de forma global, tendo em vista que os serviços são correlatos e interdependentes.

### 2.10. Seleção do Fornecedor

#### 2.10.1. Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

Id.	Critério de Habilitação
1	Apresentar Certidão de Registro de Pessoa Jurídica junto ao CREA ou CAU, dentro de seu prazo de validade, em conformidade com o art. 30, I, da Lei n. 8.666/1993.
2	Comprovação de possuir no quadro da empresa profissional detentor de CAT(s) e/ou ART(s) e/ou RRT(s) para acompanhar os serviços objetos deste Projeto Básico: a) O profissional supramencionado deverá estar devidamente registrado no CREA ou no CAU pela execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação (execução de muro de contenção). b) O profissional indicado poderá ser substituído por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovado pela Administração do TRESC.
3	Apresentar um ou mais atestados de capacidade técnica, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, que comprovem a execução de serviços já realizados com características semelhantes ao objeto da licitação – execução de reformas e obras civis.

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

- balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação;
- certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

#### 2.10.2. Critérios de Preferência e de Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial à Lei Complementar n. 123/2006.

### 2.11. Modalidade e Tipo de Licitação

Recomenda-se que a modalidade de licitação a ser adotada seja o Pregão Eletrônico e o tipo seja o de menor preço ou da proposta mais vantajosa para a Administração, considerando que se tratam de serviços comuns de engenharia.

### 2.12. Impacto Ambiental

Os seguintes impactos ambientais podem ser decorrentes desta contratação:

- geração de poeira;
- geração e descarte de resíduos de construção e demolição e terra/solo;
- contaminação da rede pública de águas pluviais e esgoto com a lavagem de materiais de pintura.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os resíduos de construção e demolição e o solo/terra a ser retirado em decorrência da execução do muro de contenção devem ser recolhidos por empresas licenciadas e descartados em locais autorizados pela Prefeitura Municipal de Gaspar.

O Memorial Descritivo e Caderno de Encargos contempla, no item denominado “Descarte, remoção e destinação final de terra/solo e resíduos de demolição e construção”, as formas adequadas de disposição dos resíduos e entulhos gerados pelos serviços.

### 2.13. Conformidade Técnica

As normas técnicas a serem seguidas estão abaixo elencadas.

- NBR 16280:2015 – Reforma em edificações: Sistema de gestão de reformas – Requisitos.
- NBR 7678:1983 – Segurança na execução de obras e serviços de construção.
- NR 06 – Equipamento de Proteção Individual.
- NR 09 – Programa de Prevenção de Riscos Ambientais.
- NR 18 – Condições e Meio Ambiente de Trabalho na Indústria da Construção.
- NBR 6118:2014 – Projeto de Estruturas de Concreto Armado: Procedimentos.
- NBR 6120:2019 – Ações para o Cálculo de Estruturas de Edificações.
- NBR 15.575:2013 Partes 1 a 6 – Edificações habitacionais: Desempenho.
- NBR 13.006:2020 – Placas cerâmicas – Definições, classificação, características e marcação.
- NBR 13.753:1996 – Revestimento de piso interno ou externo com placas cerâmicas e com utilização de argamassa colante – Procedimentos.
- NBR 13.245:2011 – Tintas para construção civil – Execução de pinturas em edificações não industriais – Preparação de superfície.
- Resolução CONAMA n.307, de 5.7.2002, que estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil e Resolução CONAMA n.469, de 29.7.2015, que altera o art. 3 da Res. CONAMA n.307:2002.
- Lei n. 11.762, de 1º.08.2008, que fixa o limite máximo de chumbo permitido na fabricação de tintas imobiliárias e de uso infantil e escolar, vernizes e materiais similares e dá outras providências.

### 2.14. Obrigações da Proponente

2.14.1. Fornecer todas as especificações necessárias à análise das propostas conforme requisitos técnicos e entregar amostras dos produtos, caso solicitado.

2.14.2. É recomendável a realização de visita técnica no local de realização dos serviços, anteriormente à abertura da licitação. A visita técnica deverá ser:

- previamente agendada com o Chefe do Cartório da 64ª Zona Eleitoral de Gaspar, através do e-mail [zona064@tre-sc.jus.br](mailto:zona064@tre-sc.jus.br), ou pelo telefone (47) 3332-1256, das 13 às 19 horas;
- realizada pelo representante indicado pela empresa para os serviços;
- acompanhada por representante do TRESP designado para esse fim.

2.14.3. A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar em nenhuma hipótese o desconhecimento do local da realização do serviço e suas peculiaridades como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

### 2.15. Obrigações da Contratante

2.15.1. Autorizar o início dos serviços.

2.15.2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no edital licitatório. Os pagamentos serão efetuados da forma definida no



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

instrumento contratual, e vinculados à entrega dos serviços pela CONTRATADA, e sua aprovação pelo CONTRATANTE.

- 2.15.3. Promover a fiscalização da presente aquisição através de seu representante, o servidor titular da função de Chefe do Cartório Eleitoral ou seu substituto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, com o apoio técnico da Seção de Engenharia e Arquitetura.
- 2.15.4. Emitir pareceres no processo administrativo referente à execução dos serviços, em especial quanto à aplicação de sanções e alterações contratuais.
- 2.15.5. Conferir, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis os serviços executados pela CONTRATADA e autorizar o faturamento.
- 2.15.6. Exigir da CONTRATADA, a qualquer tempo, a comprovação das condições de habilitação exigidas nessa contratação.

### **2.16. Obrigações da Contratada**

- 2.16.1. Antes de iniciar a execução dos serviços, visitar o local para avaliar condicionantes do projeto e interferências do sistema proposto em relação às instalações existentes.
- 2.16.2. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, antes de iniciados os serviços, a ART ou RRT devidamente paga, contemplando todos os serviços contidos neste Projeto Básico, bem como o número do contrato.
- 2.16.3. Executar os serviços sob a responsabilidade do profissional indicado no item 2.16.2.
- 2.16.4. Fornecer todos os dispositivos e acessórios, ferramentas, equipamentos e serviços essenciais ou complementares, eventualmente não mencionados nem especificados e/ou não indicados em desenhos e/ou tabelas de acabamento e/ou listas de materiais do projeto, mas imprescindíveis à completa e perfeita realização dos serviços.
- 2.16.5. Empregar todos os materiais necessários à execução dos serviços dentro da técnica adequada e das normas pertinentes, responsabilizando-se por reparos e pela reposição dos materiais danificados em virtude da execução dos serviços.
- 2.16.6. Corrigir quaisquer problemas que surjam na edificação em função da instalação das divisórias, portas, janelas e escada (problemas nos revestimentos de parede - emboço, reboco, pintura; problemas nos revestimentos de piso).
- 2.16.7. Executar os serviços mantendo as áreas de trabalho continuamente limpas e desimpedidas, observando o disposto na legislação e nas normas relativas à proteção ambiental, fazendo, inclusive, a remoção dos entulhos.
- 2.16.8. Manter os empregados uniformizados com a identificação da empresa e com os devidos equipamentos de higiene e segurança do trabalho, conforme NR-18 e legislações federais, estaduais e municipais relativas à segurança e medicina do trabalho.
- 2.16.9. Seguir todos os procedimentos de segurança, tanto para os funcionários, transeuntes e demais pessoas envolvidas no processo, bem como às normas locais, estaduais e federais pertinentes.
- 2.16.10. Promover o imediato afastamento, após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados que não corresponder à confiança ou perturbar a ação da equipe de fiscalização do TRESC.
- 2.16.11. Fornecer, sempre que solicitado pelo TRESC, em até 15 dias, comprovantes de pagamentos dos empregados e do recolhimento dos encargos sociais, trabalhistas e fiscais decorrentes da execução deste contrato.
  - Cópias do Livro de Registro;
  - Cópias das Carteiras de Trabalho;
  - Certidão Negativa dos Débitos Salariais;
  - Certidão Negativa de Infrações Trabalhistas;
  - Declaração de Inexistência de Infrações Trabalhistas à Legislação de Proteção à Criança e ao Adolescente;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Certidão ou recibo do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados – CAGED;
  - Comprovação do depósito bancário dos salários e folha de pagamento ou contracheques, acompanhada da devida comprovação de recebimento pelos empregados;
  - Guia de Recolhimento do INSS;
  - Guia de Recolhimento do FGTS;
  - GFIP (com discriminação dos recolhimentos INSS e FGTS por empregado);
  - Listagem, assinada pelos empregados, comprobatória do pagamento do auxílio-alimentação e do vale-transporte.
- 2.16.12. Dirigir e manter sob sua inteira responsabilidade o pessoal adequado e capacitado de que necessitar, em todos os níveis de trabalho, para execução dos serviços, não tendo o TRESA nenhum vínculo empregatício com o referido pessoal.
- 2.16.13. Responsabilizar-se pelos encargos provenientes de qualquer acidente que venha a vitimar um ou mais dos empregados alocados na execução dos serviços contratados, assim como indenização que porventura daí originarem e por tudo mais quanto às leis sociais, trabalhistas e fiscais estabelecem.
- 2.16.14. Responsabilizar-se pelo pagamento de eventuais multas aplicadas por quaisquer autoridades federais, estaduais e municipais, em consequência de fato a ela imputável e relacionado com os serviços e fornecimento contratados.
- 2.16.15. Responsabilizar-se pela proteção e conservação dos serviços executados até sua entrega ao TRESA.
- 2.16.16. Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, os serviços contratados, sem prévia anuência do TRESA.
- 2.16.17. Manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 2.16.18. Substituir o material/refazer o serviço, no prazo de 10 (dez) dias que, após a entrega e aceite, durante o prazo de garantia, venha(m) a apresentar defeitos de fabricação ou quaisquer outros que, reincidentes em número igual ou superior a duas vezes, venham a dificultar ou impossibilitar a sua utilização, desde que para a sua ocorrência não tenha contribuído - por ação ou omissão - o TRESA.
- 2.16.19.1 Estando em mora o licitante vencedor, o prazo para substituição dos produtos e/ou refazimento do serviço não interromperá a multa por atraso prevista na licitação.
- 2.16.19.2 Correrão à conta da contratada todas as despesas decorrentes da substituição do produto e/ou refazimento do serviço.
- 2.16.19. Reconstituir locais e/ou objetos que forem danificados, conforme art. 70 da Lei 8.666/93: *“O contratado é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado”.*
- 2.16.20. Proceder, ao final dos serviços, à limpeza e à remoção do material desnecessário e indesejável.

### 2.17. Custo estimado da contratação

Conforme Planilha de Orçamento Geral elaborada pela SEA.

## 3. Especificação Técnica Detalhada

### 3.1. Requisitos Técnicos

Os produtos devem atender aos requisitos técnicos definidos nos projetos e no Memorial Descritivo e



# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Caderno de Encargos, anexos a este Projeto Básico /Termo de Referência.

## 3.1.1. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Os materiais a serem utilizados e os procedimentos de execução de serviços a serem adotados estão detalhados no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos.

As marcas de referência, códigos e modelos citados prestam-se tão somente a determinar os requisitos que devem estar presentes no objeto pretendido (servem, portanto, como parâmetro de aferição das especificações exigidas para os produtos solicitados, afastando-se eventuais dúvidas que possam ser suscitadas – destarte, serão aceitos pela Administração, sem restrições, produtos similares ao indicado, que detenham as especificações daquele).

A empresa vencedora deverá:

- fornecer todo o material e executar os serviços, de acordo com os projetos disponibilizados pelo TRESC, com perfeito acabamento;
- conferir todas as medidas no local.

Quaisquer dúvidas técnicas poderão ser sanadas junto à Seção de Engenharia e Arquitetura/CIS/TRESC, das 13 às 19h, pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

## 3.1.2. Códigos SIASG

1627 – Manutenção; reforma predial.

## 3.1.3. Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto pela unidade responsável.

## 3.2. Modelos de Documentos

Não se aplica a esta contratação.

Florianópolis, 17 de março de 2022.





# Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

## Anexo I – Plano de Fiscalização

### 1. Execução e Gestão do Contrato

#### 1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC, a empresa deverá agendar visita técnica ao local de execução dos serviços para a conferência das medidas e a avaliação das demais condicionantes do projeto.

A CONTRATADA deverá participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais – presencial ou por videoconferência, a ser agendada pela Seção de Engenharia e Arquitetura – SEA/CIS/TRESC no local onde serão realizados os serviços.

Durante o andamento dos serviços, as dúvidas sobre os projetos poderão ser sanadas pela SEA.

O Chefe do Cartório Eleitoral acompanhará a execução dos serviços e receberá o objeto, conferindo as especificações descritas no Contrato, com o apoio técnico da Seção de Engenharia e Arquitetura.

A comunicação entre o TRESC e a Contratada poderá ocorrer pelos seguintes canais:

- por meio de mensagem por e-mail: [zona064@tre-sc.jus.br](mailto:zona064@tre-sc.jus.br) e [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br);
- pessoalmente, no local da prestação dos serviços.

#### 1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

Os serviços deverão ser realizados em até 6 (seis) semanas conforme Cronograma Físico-Financeiro, contados a partir da **autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura**.

Os serviços deverão ser realizados no horário comercial, preferencialmente das 8 às 17 horas.

A autorização da SEA ficará condicionada ao cumprimento das seguintes obrigações do licitante vencedor no prazo de **até 20 (vinte) dias**, contados do recebimento do Contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC:

- a. Apresentar declaração formal de disponibilidade do profissional que se responsabilizará pelos serviços, acompanhada da respectiva Certidão de Acervo Técnico e/ou Anotação de Responsabilidade Técnica – ART e/ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, que comprovem execução de serviços de características semelhantes ao objeto desta licitação.
- b. Apresentar o visto do CREA de Santa Catarina, em conformidade com o que dispõe a Lei n. 5.194, de 24.12.1966, em consonância com o art. 1º da Resolução n. 1121, de 13.12.2019, do CONFEA, se a empresa for sediada em outra jurisdição e, consequentemente, inscrita no CREA de origem.
- c. Apresentar a comprovação de cadastro da obra no Cadastro Nacional de Obras do INSS (CNO).
- d. Providenciar e entregar à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT, devidamente registrada no CREA-SC ou CAU-SC, de execução dos serviços contratados.
- e. Apresentar à SEA/CIS/TRESC licença de funcionamento da empresa responsável pelo transporte e destinação final dos resíduos de solo/terra e demolição, bem como autorização, emitida pela municipalidade, do local para a disposição dos resíduos.





## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f. Participar, dentro do período compreendido entre a assinatura do contrato e o início dos serviços, de reunião de alinhamento de expectativas contratuais a ser agendada pela SEA/CIS/TRESC, por videoconferência e/ou no local onde serão realizados os serviços.
- g. Fornecer à Seção de Engenharia e Arquitetura do TRESC a relação nominal de todo o pessoal envolvido diretamente na execução dos serviços, informando os respectivos números de Registro Geral do documento de identidade.
- h. Providenciar placa de obra que deverá ser afixada em local visível, devendo ser executada de acordo com modelo apresentado no Memorial Descritivo e Caderno de Encargos, respeitando rigorosamente as referências cromáticas convencionais do TRESC.
- i. A CONTRATADA poderá apresentar novo cronograma físico para execução dos serviços contratados de acordo com o seu planejamento, mantidos os percentuais de desembolso previstos no Cronograma Físico-Financeiro anexo a este Projeto Básico, o qual deverá ser elaborado preferencialmente pelo método PERT/CPM. Caso entenda necessário, em razão do período de início dos serviços, a CONTRATADA poderá alterar a programação da execução dos serviços de forma a adequá-la em razão de suas novas previsões, devendo submeter à aprovação do CONTRATANTE. Nesse planejamento deverão ser considerados os períodos habituais de maior incidência de chuva na região de Gaspar/SC, observados e registrados pelo INMET (Instituto Nacional de Meteorologia), de modo a não comprometer o prazo previsto para a execução do serviço.

A CONTRATADA deverá iniciar os serviços em até 5 (cinco) dias úteis contados da autorização emitida pela Seção de Engenharia e Arquitetura, por meio do e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

A CONTRATADA deve definir estratégia de trabalho que minimize inconvenientes aos usuários da edificação, privilegiando a execução de serviços que possam causar ruído durante a parte da manhã, visto que o horário de trabalho no cartório dá-se no período vespertino.

O TRESC disponibilizará os pontos de energia e fornecimento de água para a execução dos serviços.

Todas as medidas e cotas apresentadas em projetos são indicativas, devendo ser confirmadas no local.

As despesas administrativas (Administração Local) serão medidas e pagas proporcionalmente ao percentual de serviços efetivamente executados, seguindo o cronograma. A metodologia a ser adotada seguirá a seguinte fórmula:

**$\Sigma$  valores itens executados no período de medição\***

**$\Sigma$  valores itens da planilha\***

\* Exceto o próprio item Administração Local.

- a) No caso de antecipação do prazo previsto no cronograma, o valor estimado será integralmente pago à CONTRATADA. No caso de atraso na execução do cronograma, por responsabilidade da CONTRATADA, não caberá qualquer complementação dos valores de despesas administrativas.
- b) Caso ocorram aditivos que ampliem ou reduzam o valor total do contrato, o valor a ser pago a título de despesas administrativas não será automaticamente alterado em proporção àquele. O custo com despesas administrativas, nessas circunstâncias, só pode ser modificado após revisão do Cronograma Físico-Financeiro que demonstre inequivocamente que as alterações promovidas implicam em alteração na duração dos serviços.

Preliminarmente à emissão da fatura, a CONTRATADA encaminhará a medição dos serviços realizados à Fiscalização, a qual, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, realizará a conferência e autorizará o faturamento.

As Notas Fiscais/Faturas serão emitidas e entregues ao Gestor do Contrato após autorização de faturamento, e deverão conter a discriminação e os quantitativos dos serviços executados. Deverão,



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

ainda, estar acompanhadas de documentação comprobatória do último recolhimento dos encargos sociais efetuados pela CONTRATADA, com a relação nominal dos empregados beneficiários e a certidão negativa de débitos trabalhistas emitida na data da emissão da Nota Fiscal do respectivo pagamento, para cumprimento às disposições constantes nos artigos 27, IV, 29, V e 55, XIII, da Lei nº 8.666/1993, c/c os artigos 1º e 4º da Lei nº 12.440/2011.

A autorização para faturamento fica condicionada à emissão do termo de recebimento definitivo dos serviços pela gestão do contrato.

O Gestor do Contrato somente atestará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pela CONTRATADA, todas as condições pactuadas.

O contrato poderá ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei 8.666/93, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

Ao longo da execução do Contrato, caso haja necessidade de se firmar termo aditivo, os custos unitários dos itens acrescidos deverão seguir as seguintes orientações:

- a) para itens que já constam do contrato, os custos corresponderão àqueles já contratados;
- b) para itens novos existentes no SINAPI, os custos corresponderão àqueles relativos aos das medianas constantes daquele sistema para a região no período do orçamento base da licitação, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do CONTRATANTE;
- c) para os itens novos não constantes no SINAPI, os custos decorrerão de pesquisa de preços com 3 (três) fornecedores, se possível, aplicado sobre esse valor o mesmo desconto global fornecido pela empresa em relação ao orçamento estimado do CONTRATANTE;
- d) somente em condições especiais, devidamente justificadas em relatório técnico circunstanciado, aprovado pela autoridade competente, poderão os custos unitários ultrapassar os respectivos custos nos termos dos critérios ora definidos.

Conforme art. 14 do Decreto 7.983/2013, a diferença percentual entre o valor global do contrato e o preço global de referência não poderá ser reduzida em favor da CONTRATADA em decorrência de aditamentos que modifiquem as planilhas orçamentárias. Ainda, conforme o parágrafo único do art. 14 do referido Decreto, para o caso de adoção do regimes de empreitada por preço unitário, a diferença a que se refere o caput poderá ser reduzida para a preservação do equilíbrio econômico-financeiro do contrato em casos excepcionais e justificados, desde que os custos unitários dos aditivos contratuais não excedam os custos unitários do sistema de referência utilizado na forma do Decreto, assegurada a manutenção da vantagem da proposta vencedora ante a da segunda colocada na licitação.

### 1.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora.

### 1.4. Prazos de Garantia

A CONTRATADA deverá prestar garantia dos serviços pelo período mínimo de 5 (cinco) anos, contados a partir do recebimento definitivo.

É obrigação da CONTRATADA a reparação dos vícios e dos defeitos verificados dentro do prazo de garantia dos serviços, tendo em vista o direito assegurado à Administração pelo art. 69 da Lei nº 8.666/93 e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

### 1.5. Acompanhamento do Contrato

Quaisquer dúvidas de projeto ou que eventualmente surjam durante a execução dos serviços deverão ser sanadas junto ao Gestor da Contratação, qual seja, o servidor titular da função de Chefe de Cartório, ou seu substituto, pelos telefones (47) 3332-1256 e (47) 98818-2226, ou e-mail



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

[zona064@tre-sc.jus.br](mailto:zona064@tre-sc.jus.br), em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993, com o apoio da Seção de Engenharia e Arquitetura SEA/CIS/TRESC, pelo e-mail [cis-sea@tre-sc.jus.br](mailto:cis-sea@tre-sc.jus.br).

O Gestor da Contratação terá autoridade para:

- a) solicitar a imediata retirada de qualquer funcionário que não corresponda, técnica ou disciplinarmente, às exigências. Isso não deverá implicar em modificações de prazo ou de condições contratuais;
- b) exigir o cumprimento de todos os itens desta especificação;
- c) rejeitar todo e qualquer material de má qualidade ou não especificado para a execução dos serviços.
- d) esclarecer ou solucionar incoerências, falhas e omissões eventualmente constatadas nos projetos ou demais documentos, necessárias ao desenvolvimento dos serviços;
- e) aprovar materiais similares propostos pela CONTRATADA, avaliando o atendimento à composição, qualidade, garantia, preço e desempenho requeridos pelas especificações técnicas.
- f) determinar a suspensão da execução dos serviços, com a consequente suspensão de contagem do prazo, em caso de necessidade ou quando a realização dos serviços puder causar prejuízo às atividades do TRESC.

A existência desse acompanhamento não exime a CONTRATADA de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatadas no decorrer ou depois dos serviços.

### 1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

O recebimento provisório será realizado por meio de ateste em termo circunstanciado em até 15 (quinze) dias, após a comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, desde que haja aceite da fiscalização, conforme art. 73, inc. I, "a", da Lei 8.666/93.

De posse do Relatório de Recebimento Provisório, a CONTRATADA terá prazo de até 10 (dez) dias úteis para o atendimento de todas as exigências da Fiscalização, referentes a defeitos e imperfeições que porventura venham a ser verificados.

O Recebimento Definitivo será efetuado mediante termo circunstanciado, somente após o saneamento de todas as irregularidades apontadas no Termo de Recebimento Provisório, em até 5 (cinco) dias úteis contados a partir da comunicação da CONTRATADA sobre a conclusão dos serviços, observado o disposto no art. 69 da Lei n.º 8.666/93.

Os recebimentos provisório ou definitivo não excluem a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos pela lei ou pelo contrato.

### 1.7. Pagamento

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

### **1.8. Transferência de Conhecimento**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.9. Direitos Autorais**

Não se aplica a esta contratação.

### **1.10. Qualificação Técnica**

O responsável técnico pelos serviços será Engenheiro Civil ou Arquiteto, com formação plena, devidamente inscrito no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU da Região.

### **1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades**

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

- a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;
- c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;
- d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- e) não mantiver a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;
- f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas nos subitens 1.11.1 e 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.2.2. Nos termos do Projeto Básico / Termo de Referência, são situações, dentre outras, que podem ensejar o descumprimento contratual, para fins de aplicação de penalidades:

TABELA 1 – PERCENTUAIS			
GRAU		R\$	
1		1%	
2		2%	
3		3%	
4		4%	
5		5%	
#	DESCRIÇÃO	GRAU	INCIDÊNCIA
1	Deixar de apresentar a Nota Fiscal / Fatura para atestação do Gestor do Contrato até o 10º dia da medição subsequente ao da prestação do serviço.	1	Por ocorrência.
2	Deixar de fornecer ao Gestor do Contrato cópia das Notas Fiscais de compra dos materiais cujas garantias sejam dadas pelos fabricantes.	1	Por ocorrência.
3	Executar o serviço sem a utilização de equipamento de proteção individual e coletivo, quando obrigatórios.	2	Por ocorrência.
4	Deixar de refazer serviço, substituir peças, componentes, materiais ou partes de peças que apresentarem defeito.	2	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
5	Deixar de fornecer a seus funcionários todas as	3	Por ocorrência.



## Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

	ferramentas e instrumentos necessários à execução dos serviços, bem como produtos ou materiais indispensáveis à realização destes.		
6	Não executar, suspender ou interromper, total ou parcialmente, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais.	3	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
7	Transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto da contratação, salvo mediante prévia e expressa autorização deste Tribunal.	4	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
8	Destruir ou danificar bens materiais ou documentos por culpa ou dolo de seus agentes.	5	Por ocorrência.
9	Permitir situação que crie a possibilidade de causar ou que cause danos físico, lesão corporal ou consequências letais.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.
10	Não manter documentação de habilitação atualizada.	5	Por ocorrência, sem prejuízo da possibilidade de rescisão da contratação.

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea "c" do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto, bem como em eventuais substituições de produtos ou em refazimento de serviços, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.